

DISCURSO DA NATUREZA E NATUREZA DO DISCURSO AMBIENTAL

The Speech of Nature and the Nature of Environmental Speech

Luis Guilherme Almeida Bandeira de Menezes

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense
Av. Gal. Milton Tavares de Souza, s/n. CEP 24210-346, Niterói - RJ
Instituto de Geociências - s. 508 - Campus da Praia Vermelha
Tel: (+ 55 21) 2629 5953 – guigeouff@hotmail.com



Resumo

O presente artigo busca uma des-re-construção crítica acerca das relações Natureza-Homem-Economia. Para isso procuramos analisar a noção de desenvolvimento e de sustentabilidade que emergem no debate ambiental contemporâneo sustentado por um discurso técnico, científico e mercadológico. Indicaremos a emergência de diferentes saberes que nos conduziriam a uma ruptura de paradigma. Desta forma objetivamos uma maior inteligibilidade e envolvimento entre os entes sócio-espaciais.

Palavras-chave: Razão comunicativa, afluência, transdisciplinaridade.

Abstract

This article is a critical review about the relationship among Nature-Men-Economy. To illustrate our arguments, we analyzed the notion of development and sustainability in contemporary environmental debate supported for a technical, scientific and marketplace speech. We are going to show different knowledges that lead us to a paradigma rupture. In such a way we aim a bigger intelligibility and involvement between the socio-spatial entities.

Key words: Communicative reason, affluence, transdisciplinarity.

Resumen

Este artículo intenta una des-re-construcción crítica sobre la relación Naturaleza-Hombre-Economía. Tratamos de analizar el concepto de desarrollo e de sostenibilidad que surgió en el debate medioambiental contemporáneo con el apoyo de un discurso técnico, científico y mercadeo. Indican la aparición de diferentes formas de conocimiento que llevaría a una ruptura en el paradigma. De esta manera, nuestro objetivo es mejorar la inteligibilidad y la participación entre las entidades socio-espacial.

Palabras clave: Razón comunicativa, afluencia, transdisciplinariedad.



INTRODUÇÃO

A questão ecológica e os vários desafios que advêm deste debate, talvez consistam em uma das mais recorrentes e controversas problemáticas do mundo atual.

As visões conflituosas acerca dessa questão acabam criando contradições que dificultam a resolução de problemas a ela relacionados, pois deturpam a construção de um caminho concreto e seguro rumo à compreensão do que chamamos por “meio ambiente”. É cada vez mais comum a propagação de uma visão “eco-mercado-lógica”, como a expressa por Fernando Almeida, presidente-executivo do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), em seu livro intitulado “O Bom Negócio da Sustentabilidade”:

A base do desenvolvimento sustentável é um sistema de mercados abertos e competitivos em que os preços refletem com as transparências dos custos, inclusive os ambientais. Se os preços são fixados adequadamente, sem estarem, por exemplo, mascarados por subsídios e políticas protecionistas, a competição estimula os produtores a usar o mínimo de recursos, reduzindo o avanço sobre os sistemas naturais. Também os estimula a minimizar a poluição, se são obrigados a pagar pelo seu controle e pelos danos causados ao meio ambiente. (ALMEIDA, 2002, p. 98).

As posturas antagônicas na relação homem-meio são anunciadas das mais diversas formas. Umhas mais “românticas”, ou poderíamos dizer ecocêntricas que segundo Moraes (1997, p.55), estão expressas ambientalmente no “preservacionismo radical que, no limite, pode veicular perspectivas anti-humanísticas ao colocar a natureza como um valor maior que o homem”; outra antropocêntrica que consiste numa tentativa de reificação total do “meio ambiente” onde este ente espacial dissociado do homem pode ser apropriado, mensurado e usufruído de acordo com os interesses econômicos vigentes. Optaremos aqui por uma postura mais próxima do que Capra (1987) denomina de biocêntrica, onde entendemos que o homem enquanto espécie não merece privilégios diante das outras. Não se trata de igualar o homem aos demais seres vivos, mas de colocá-lo frente às suas responsabilidades sócio-ambientais no sentido da conservação dos demais seres.

Um aspecto inicial que gostaríamos de tratar é o da tautologia da expressão “meio ambiente” encontrada na língua portuguesa para expressar o conjunto de fatores bióticos e abióticos que cercam os seres vivos. Ao utilizarmos “meio ambiente”, ao invés de meio, fica indicada a abordagem de apenas um dos aspectos da questão ecológica, configurando dessa forma um aparente reducionismo (SANTOS, 2006). A tradução da expressão correspondente no inglês (environment) teria como definições: “ambiente; arredores; meio”, que tem sua matriz etimológica em environs “cercanias, imediações”, configurando um termo mais próximo do que pretendemos abordar.

O homem, desde o início do processo histórico, veio redefinindo o seu envolvimento com o espaço contíguo. Ao progredir no tempo e no espaço o homem passou por um desenraizamento permitido pela técnica (SANTOS, 2004). Desta maneira podemos entender o desenvolvimento como um “des-envolvimento”, no sentido de expandir os limites de suas relações ao mesmo tempo em que abandona parte de suas características originais.

Um dos principais desafios contemporâneos seria então, o de romper com a insistente separação homem-natureza. Para Moreira (1987), trata-se na verdade de uma tricotomia Natureza-Homem-Economia (N-H-E) que dificulta uma análise mais profunda dos fatos, pois nas ciências, em geral, e na Geografia, em particular, o estudo da realidade aparece aos cacos.

A abordagem ecológica deveria então, ser compreensiva, no sentido de articular as diferentes idéias envolvidas no debate. Milton Santos (2004) demonstra essa preocupação quando diz que:

A idéia de ciência, a idéia de tecnologia e a idéia de mercado global devem ser encaradas conjuntamente e desse modo podem oferecer uma nova interpretação à questão ecológica, já que as mudanças que ocorrem na natureza também se subordinam a essa lógica. (p. 238, grifo nosso).

Partindo da premissa de Santos (2004) estruturaremos esse trabalho da seguinte forma: 1) Apresentaremos a ordem do discurso de “meio ambiente” que permeia o cenário das ciências em geral, e da geografia em particular, desde o início do discurso ambiental, buscando des(re)construí-la a partir de uma análise epistemológica; 2) Em seguida debateremos a idéia de tecnologia, mas também a de técnica e de seu papel de mediação na relação homem-meio; 3) Posteriormente encaremos a idéia de mercado global e as noções de desenvolvimento, modernidade e ocidentalização advindas desta idéia; 4) Finalmente buscaremos analisar as visões conflituosas no debate da sustentabilidade que fundaram uma idéia consensual, na qual está inserida a Agenda 21, assinalando algumas das perspectivas que aparecem no horizonte conceitual acadêmico e político das ciências sociais e humanas para uma possível transformação de discurso, de modo a propor novas formas de envolvimento N-H-E.

A IDÉIA DE CIÊNCIA: O DUALISMO E O MONISMO REDUCIONISTAS

A raiz do estudo da Ecologia está, para muitos, em Ernest Haeckel, e sua filosofia monista, que se contrapôs ao dualismo cartesiano. Enquanto Descartes afirmava existir uma separação da res cogitans e da res extensa inaugurando uma visão mecânica do mundo no século XVII, Haeckel propôs uma compreensão orgânica do mesmo, já no século XIX. (CHALMERS, 1993).

O racionalismo cartesiano foi um dos grandes responsáveis pela revolução científica de sua época, mas também pela dicotomização homem/meio, onde o último passa a poder ser livremente apropriado material ou simbolicamente pelo primeiro.

Com a manutenção dessas separações, os fenômenos naturais passam a ser mensurados e compreendidos através de uma matriz matemática do pensamento. Para Harvey, durante a modernidade esse “domínio científico da natureza prometia liberdade da escassez, da necessidade e da arbitrariedade das calamidades naturais” (1996, p. 23).

Outro êxito de Descartes foi o de criar um modelo de funcionamento do homem e da natureza como uma máquina. Essa visão mecanicista permitiu uma fragmentação da realidade para um melhor aprofundamento analítico, derivam-se daí as especializações das ciências. O método cartesiano foi complementado por Newton e a física passa a se tornar à base de todo o pensamento científico. Era inaugurada também outra separação importante, a do espaço/tempo, de onde emerge a idéia de imutabilidade do espaço, antes mesmo do nascimento da geografia como ciência. Em Newton (apud CAPRA, 1982) “o espaço absoluto, em sua própria natureza, sem levar em conta qualquer coisa que lhe seja externa, permanece sempre inalterado e imóvel” e o tempo “flui uniformemente, sem depender de qualquer coisa externa” .

O conjunto de teorias baseadas no método científico racionalista estabelece um paradigma cartesiano-newtoniano que se legitima universal e que crê numa progressão linear e cumulativa do conhecimento científico.

O sucesso desse paradigma em responder as questões que surgiram, fizeram com que fosse poucas vezes questionado. No entanto, esse modelo parece superado, insuficiente para explicar muitos dos fenômenos ambientais anômalos que observamos hoje, o poder de precisão da ciência cartesiana é posto em dúvida.

Viveríamos então, para Thomas Kuhn (1987), uma crise paradigmática que se estabelece no momento em que a ciência normal (a que se desenvolveu sobre um paradigma dominante) não conseguiria mais responder aos problemas que se impõem. A elaboração de uma ciência revolucionária, afastada dos antigos paradigmas, constituirá um novo quando for suficientemente aceita por uma comunidade científica (p.271). Kuhn não crê então num avanço linear das ciências, mas num avanço por rupturas.

Fritjof Capra (1982) traz a filosofia oriental para a discussão dos paradigmas, e anuncia um ponto de mutação localizado em três grandes crises. A crise do esgotamento dos combustíveis fósseis, a crise da sociedade patriarcal e a crise de idéias e valores (p.27-28). O autor chama a atenção

para a debilidade da noção de progresso ocidental, onde ocorre uma superposição de valores yang, ou seja, ações ligadas à competitividade, centradas no “eu” (“ego-ações”), sobre valores yin, ações ligadas à cooperação, conscientes do meio ambiente (“eco-ações”) (p.35). Esses dois pólos devem buscar um equilíbrio, pois quando um se sobrepõe ao outro acabam por caracterizar uma crise, como a experimentada hoje.

É indispensável que haja uma mudança de valores que passe por uma percepção do meio ambiente. Emerge daí a visão ecológica.

No início do século XX a ciência monista de Haeckel, calcada no evolucionismo de Darwin e no positivismo de Comte, tenta compreender a natureza como um todo, onde cada parte desempenha seu papel “naturalmente” estipulado. Essa postura veio a justificar, em parte, a sociedade de classes ao corroborar com uma visão positiva das relações sociais com suas “estratificações inerentes”, porém rompe com a máquina do mundo newtoniana ao estabelecer uma relação homem/meio “orgânica”. (CHALMERS, 1993).

Haeckel, por sua vez, influenciou Ratzel e o seu conceito de “espaço vital” caracterizado como aquele em que são delimitadas as “necessidades territoriais de uma sociedade em função de seu desenvolvimento tecnológico, do total de população e dos recursos naturais” (CORRÊA, 1995, p.18). O esforço de Ratzel em “ecologizar” as relações sócio-territoriais é reconhecidamente positivista. Isto pode ser verificado na utilização de conceitos como “força da densidade” e “meio intelectual” de Comte, além da crença numa unidade do método científico. (MORAES, 1990).

A idéia de natureza herdada de Haeckel se apresenta então sob uma nova forma de reducionismo, dessa vez, como sinônimo de “recursos naturais”, podendo ser livremente apropriada uma vez que sua função é a de servir ao homem.

As condições para uma transição paradigmática, que ultrapasse um modelo tradicional de entendimento do meio, não se limitam às circunstâncias científicas, pois elas, em si, podem forjar um progresso sob um paradigma já vigente. (KUHN, 1987). Para Boaventura de Souza Santos (2000) tem de haver um condicionante político e social que permita recuperar pensamentos “vulgares, marginais, subculturais” (p.36) que se desenhavam no paradigma anterior, agora em crise.

Portanto a dita “crise ambiental” se impõe como um obstáculo epistemológico onde se faz necessária uma dupla ruptura epistemológica para a condução de novos métodos, novas técnicas e novas teorias.

[...] a dupla ruptura procede a um trabalho de transformação tanto do senso comum como da ciência. Enquanto a primeira ruptura é imprescindível para constituir a ciência, mas deixa o senso comum tal como estava antes dela, a segunda ruptura transforma o senso comum com base na ciência. Com essa dupla transformação pretende-se um senso comum esclarecido e uma ciência prudente. (2000, p. 41).

A trajetória da “ciência normal” para uma revolução científica, de modo a tecer um novo entendimento ambiental, passa pelo esforço da reflexão hermenêutica e da desdogmatização científica. Nesse movimento é confrontada a idéia una do real e “o que se pretende é um novo senso comum com mais sentido” (SOUZA SANTOS, 2000, p. 150).

A necessidade de explicação da relação homem-meio cada vez mais complexa, assim como das incertezas, dos acasos e da imprevisibilidade que cerca o comportamento da natureza levou Edgar Morin (2000) a defender a idéia de que o que causa o problema não é a relação de domínio da natureza, mas sim o “domínio do domínio da natureza” (p.36). Desta forma Morin nos chama a atenção para uma urgência em recuperar o controle intelectual das ciências através de uma reforma do pensamento que passaria por uma transdisciplinaridade. O autor propõe um resgate ao saber transdisciplinar de modo a estabelecer uma comunicação sem que para isso se opere uma redução.

O paradigma que denomino simplificação (redução/separação) é insuficiente e mutilante. É preciso um paradigma da complexidade, que, ao mesmo tempo, separe e associe que conceba os níveis de emergência da realidade sem os reduzir às unidades elementares e às leis gerais. (MORIN, 2000, p. 138).

A IDÉIA DE TECNOLOGIA: O ESPAÇO RACIONALIZADO

A segunda idéia da premissa de Santos (2004) é a de tecnologia. É interessante notar que o autor sempre destacou muito a importância da técnica no estudo do espaço, no entanto, pouco utilizou em suas obras o termo “tecnologia”.

Para distinguirmos essas duas idéias, recorreremos ao pensamento presente na obra de Marilena Chauí (2003) que supõe a técnica como um conhecimento empírico, que pela observação constrói práticas do agir humano. Já a tecnologia, ao contrário, parte de um saber teórico e que se torna aplicável na dimensão prática (p. 255).

Ao falarmos da tecnologia em nossa análise da questão ecológica, teremos necessariamente que entender primeiro a formação desse meio técnico que hoje é passível de ser apreendido na relação do lugar com o mundo, posto que a técnica é a base de realização da mundialidade como totalidade empírica (SANTOS, 1985).

Ao considerarmos o meio geográfico como uma evolução do meio técnico (SANTOS, 2004, pp. 39-42) (ao invés de opô-los), e ao atingirmos o patamar da unicidade técnica (Id. Ibid., p.189) combinada a uma forma de se fazer ciência e de se difundir as informações, estaríamos diante de um espaço racionalizado, ou seja, no momento em que a tecnologia se dilui no espaço, estes passam a ser “dotados de uma racionalidade técnica” (Id. Ibid., p. 293), passando a se organizar segundo uma determinada lógica hegemônica do mercado.

Assim poderíamos demonstrar, através de um esquema simplificado (figura 1), três grandes momentos da evolução da técnica, no entendimento de Santos (2004):



Figura 1 – Momentos de evolução da técnica

1) As técnicas são plurais e aparecem como rupturas progressivas entre o homem e o entorno (SANTOS, 2006) construindo um sentido de libertação da natureza em várias sociedades, o que acaba por produzir um espaço repleto de significados que, no decorrer do processo histórico através dos contatos de diferentes culturas, resultaram em sobreposições de técnicas mais abrangentes sobre as menos.

2) A acumulação desigual das técnicas no espaço torna-o simultaneamente “produzido” e “produtor”, na medida em que condiciona à reprodução de si, ou seja, orienta o movimento de uma totalidade à outra. (SANTOS, 2004).

A técnica combina-se a ciência, formando um meio técnico-científico.

3) O espaço impregnado de racionalidade, a partir do aprofundamento do processo de globalização dos mercados, direciona-se a uma universalização das técnicas, ou seja, passa a adotar uma estratégia de padronização do modus operandi do capitalismo global para facilitar a troca de mercadorias, capitais e informações entre os distintos lugares. O que poderíamos entender como um sistema técnico.

A tecnologia aparece, portanto, na sua passagem para a etapa 3 da seqüência acima sugerida. Entendemos que a conformação do espaço racionalizado é quem produz o “saber teórico” do

qual nos contou Chauí (2003), tornando-se necessário à vida prática ao organizar-se segundo uma ideologia. Ou seja, a técnica produzida a partir da tecnologia não se guia pela simples necessidade adaptativa ao meio (como no início do período técnico), mas, sobretudo por uma racionalidade instrumentalizada que regula o sistema técnico e proporciona-lhe uma dinâmica própria.

Habermas (1983) define a Ideologia Tecnocrata da seguinte forma:

Com a institucionalização do progresso técnico-científico, o potencial das forças produtivas assumiu, entretanto uma figura que faz regredir, na consciência dos homens, o dualismo entre trabalho e interação [...] A atuação dessa ideologia é a de subtrair a autocompreensão da sociedade, tanto do sistema de referência do agir comunicativo, como dos conceitos de interação, simbolicamente mediatizados, substituindo-a por um modelo científico. Nessa mesma medida, entra, no lugar de uma autocompreensão cultural determinada de um mundo do viver social, a autocoisificação do homem sob as categorias do agir racional-com-respeito-a-fins e do comportamento adaptativo. (pp. 331-332, grifos do autor).

A instrumentalização do período técnico-científico dificulta uma reflexão sobre a realidade na medida em que a legitimação da produção do conhecimento passa a ser operacionalizada segundo uma lógica de domínio e exploração da natureza, do homem, mas também do espaço.

Deste modo autores, como Enrique Leff (2006), buscam ultrapassar os limites da técnica e da ciência tradicional ao categorizar a epistemologia ambiental como

[...] parte do esforço por pensar a articulação de ciências capazes de gerar um método e um pensamento integrador do real, para desembocar num saber que vai além do conhecimento científico, para problematizar a racionalidade modernizadora que provoca a crise ambiental. (pp. 17-18).

O autor afirma a necessidade de se construir uma racionalidade ambiental que contraponha a racionalidade produtiva, e para isso, a condição básica seria estabelecer uma transdisciplinaridade do saber científico. Idéia que se aproxima da de Morin (2000) anteriormente discutida, e da de Habermas (1983) ao propor uma razão comunicativa onde ocorram as articulações de valores, elaborações de normas e o questionamento dos mesmos. Uma verdadeira emancipação da razão instrumental.

Santos (2004) também define bem esse embate ao chamar os saberes produzidos por pobres e migrantes de “contra-racionalidades”, pois “a experiência da escassez é a base de uma adaptação criadora à realidade existente” (p.309).

Uma contradição fica bem clara na idéia de tecnologia contemporânea. A atual proliferação de informações que circula por todo o espaço gera, ao mesmo tempo, um isolamento e um sufocamento dos atores potencialmente transformadores por ser guiada por uma “razão instrumental-produtiva”. Porém ao se apropriarem das tecnologias desse espaço racionalizado, os coadjuvantes no processo de produção do espaço podem se transformar em protagonistas, ao converter informação em comunicação (SANTOS, 2004, p. 335 et seq.).

A IDÉIA DE MERCADO GLOBAL: O DESENVOLVIMENTO, A MODERNIDADE E A OCIDENTALIZAÇÃO

Ao procurarmos uma análise integrada das idéias de mercado global, ciência e técnica, encontramos em Massey (2008) um relato interessante. Ao se perguntar Confiar na ciência? em alguns momentos de sua obra “Pelo Espaço”, a autora evoca Fabian (1983) e nos ajuda a compreender como a cosmologia política moderna tem suas matrizes na ciência evolucionista e no fisicalismo newtoniano.

Não é difícil transpor da física para a política uma das regras mais antigas, que declara que é impossível para dois corpos ocuparem o mesmo espaço ao mesmo tempo. Quando, no decorrer da expansão colonial, o corpo político ocidental veio a ocupar, literalmente, o mesmo espaço de um corpo autóctone, foram

concebidas várias alternativas para lidar com aquela violação da regra. A mais simples, se pensarmos na América do Norte e na Austrália, foi, naturalmente mover ou remover o outro corpo. Outra é pretender que o espaço esteja sendo dividido e distribuído para separar os corpos. Os governantes da África do Sul agarraram-se a esta solução. Mais frequentemente, a estratégia favorita tem sido, simplesmente, manipular a outra variável – tempo. Com a ajuda de vários esquemas de seqüenciamento e distanciamento atribui-se às populações conquistadas um Tempo diferente. (FABIAN, 1983 apud MASSEY, 2008, p. 113).

Dessa forma pretendemos, nesta parte, uma abordagem da idéia de mercado global a partir de algumas outras, que nos parecem que lhe são inerentes: a de desenvolvimento, a de modernidade e a de ocidentalização.

Para Porto-Gonçalves a “invenção do europeu civilizado é, ao mesmo tempo, a invenção do selvagem e, assim, a invenção da modernidade é inseparável da invenção da colonialidade” (2001, p. 2). Desse modo, falamos aqui de um mundo “moderno-colonial” dialeticamente construído e que, numa evolução histórico-linear, estabelece hoje, uma hierarquia “desenvolvido-subdesenvolvido”.

O desenvolvimento econômico coloca-se então como um mito na visão dos pensadores terceiro-mundistas como Celso Furtado (1974). Ao analisar o discurso da dependência externa e das possíveis saídas do subdesenvolvimento (de base Rostowiana), mais de uma década antes da elaboração do Consenso de Washington, Furtado já se questionava validamente: “que acontecerá se o desenvolvimento econômico, para o qual estão sendo mobilizados todos os povos da Terra, chega efetivamente a concretizar-se, isto é, se as atuais formas de vida dos ricos chegam efetivamente a universalizar-se?” (1974, p. 19).

O desenvolvimento tomado pelo grau de industrialização e conseqüentemente de exploração da natureza nos países periféricos se iniciou com a “substituição de importações”, o que já provocava um desequilíbrio entre o consumo de uma minoria modernizada e o de uma maioria segregada. Hoje, apesar da diversificação da industrialização nos países periféricos, a dependência é permanentemente reforçada, na medida em que avança o controle direto de grupos estrangeiros. (FURTADO, 1974, p. 89).

Já Amartya Sen encara o “desenvolvimento como liberdade”, pois enquanto a economia mundial atinge cifras inimagináveis, a pobreza e a degradação do meio persistem como elementos pouco alterados. O desafio estaria em garantir a liberdade “como o principal fim e o principal meio do desenvolvimento” (SEN apud VEIGA, 2006, p. 34).

Ao encarar essa questão, José Eli da Veiga (2006) sugere um “caminho do meio” entre o desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico e o de desenvolvimento como mito, como colocado por Furtado. O autor crê no desenvolvimento como um aprofundamento da liberdade substantiva e critica tanto os pós-desenvolvimentistas, pois a ruptura total provocaria um “desemprego em massa e desigualdades crescentes” quanto os fundamentalistas do mercado que concebem o desenvolvimento como modelo universalmente válido, a ser seguido por todas as sociedades (VEIGA, 2006, pp. 79-80).

Dentre os “pós-desenvolvimentistas”, a corrente que vem ganhando força e aparecendo no horizonte acadêmico é a do decrescimento. Serge Latouche (2009), um dos principais defensores do termo, explica que o decrescimento é um “slogan político com implicações teóricas”. As reflexões partiriam da contestação do crescimento econômico como um fim-em-si, pois desta maneira as relações sociais constituiriam apenas um meio da reprodução do capital.

Apesar de ter a mesma preocupação de Veiga (2006), Latouche propõe um caminho distinto.

Pode-se imaginar a catástrofe que uma taxa de crescimento negativa provocaria! Assim como não existe nada pior que uma sociedade trabalhista sem trabalho, não há nada pior que uma sociedade de crescimento na qual não há crescimento. Essa regressão social e civilizacional é precisamente o que nos espanta se não mudarmos de trajetória. Por todas essas razões, o decrescimento só pode ser considerado

numa “sociedade de decrescimento”, ou seja, no âmbito de um sistema baseado em outra lógica. [...] Sua meta é uma sociedade em que se viverá melhor trabalhando e consumindo menos. É uma proposta necessária para que volte a se abrir o espaço da inventividade e da criatividade do imaginário bloqueado pelo totalitarismo economicista, desenvolvimentista e progressista. (LATOUCHE, 2009, p.5-6)

Em suma, poderíamos afirmar que o desenvolvimento nunca ocorreu de fato para a esmagadora maioria das ex-colônias européias.

A mesma postura encontramos nas análises de Latour (1994) e de Gomes (1996) quanto a modernidade. O primeiro ao afirmar “Jamais Fomos Modernos”, evoca a constituição da modernidade fundada no paradoxo entre os híbridos de um lado (“mistos de natureza e cultura”), e o trabalho de purificação do outro (“separação total de natureza e homem”) (p.35). Essa idéia se aproxima da de Gomes (1996) que supõe a modernidade como fruto da tensão permanente entre “dois pólos epistemológicos”, em resumo: o tradicional (razão, método, parte, objetividade) e o novo (não-razão, essência, totalidade, subjetividade). O moderno se justifica quando a mudança e o novo se legitimam. “A modernidade se renova como um mito” (p.49), pois, impregnada de um caráter simbólico, permite o novo.

Poderíamos então falar em Pós-modernidade(s)? O sentido que o prefixo “pós” empresta ao termo modernidade pode passar uma idéia de que esta chegou ao seu fim e que a partir de agora viveríamos uma era posterior. No entanto, como observado anteriormente, a partir das interpretações de revolução científica khuniana e de modernidade em Gomes (1996), poderíamos entender que a existência de idéias, não necessariamente novas, mas que estavam sendo subalternizadas pela força explicativa do paradigma vigente, passam a ser resgatadas e debatidas no momento de ruptura paradigmática. Muitos autores situam a conjuntura de “ambientalização dos discursos” e de debate da questão ecológica nesse momento de ruptura. Porém, contestamos este avanço, pois o enxergamos como um progresso intra-paradigmático, embora esteja em aberto um horizonte pluralista promissor.

Um exemplo desse horizonte no plano epistemológico está no esforço de Boaventura de Souza Santos (2004) em diferenciar o que chama de “Pós-Modernismo Celebratório” - de ênfase multiculturalista que busca romper com o racionalismo, mas colocando a emancipação como um mito ao por o fim das utopias – do “Pós Modernismo de Oposição” que buscaria uma ética plural construída a partir dos “de baixo”, uma pluralidade de projetos coletivos, “utopias realistas e críticas” e uma reinvenção da emancipação social.

Partindo dessa oposição e reconhecendo os limites do termo “Pós-moderno” o autor se insere no debate da “Pós-Colonialidade”, pois o fim do colonialismo político não significou o fim do colonialismo social e epistêmico. Dessa forma o autor inaugura uma nova geografia dos saberes onde “o que está em causa não é apenas a contraposição entre o Sul e o Norte. É também a contraposição entre o Sul do Sul e o Norte do Sul e entre o Sul do Norte e o Norte do Norte.” (p.32). Logo, conclui que uma verdadeira transformação estaria na “hermenêutica diatópica”, ou seja, na interpretação do mundo através do diálogo entre os vários lugares e suas diferentes epistemes.

Um outro exemplo, agora no plano político, foi o da nova Constituição Boliviana de janeiro de 2009, onde o termo “desenvolvimento econômico” foi praticamente suprimido. Em seu lugar são valorizadas as idéias de suma qamaña (viver bem), ñandereko (vida harmoniosa), teko kavi (vida boa), ivi maraei (terra sem mal) e qhapaj ñan (caminho da vida nobre), que valorizam os saberes da população autóctone.

Entendemos então que “a modernidade jamais começou. Jamais houve um mundo moderno. O uso do pretérito é importante aqui, uma vez que se trata de um sentimento retrospectivo, de uma releitura de nossa história”. (LATOUCHE, 1994, p.51).

Os fracassos do desenvolvimentismo e do “projeto de modernidade” implicam num fracasso maior que é o da imposição de um padrão eurocêntrico, ou mais que isso, de uma ocidentalização do mundo.

O que se observou no processo histórico foi a construção de um imaginário, onde a Europa exerce sempre um papel de centralidade. Desde o início do capitalismo como sistema, o que se viu foi a supressão de saberes, culturas e línguas. Mesmo as experiências socialistas tiveram resistências de dialogar com a diversidade. Ao se impor como padrão de superação do capitalismo, o marxismo coloca-se também como um modelo eurocêntrico. (LATOUCHE, 1994)

O pensamento pós-colonial, que busca uma descolonização dos saberes, contribui imensamente para esse debate. O livro “Colonialidade do Saber” organizado por Edgardo Lander é um manifesto contra o eurocentrismo. Autores como Coronil (2005) nos colocam que o mercado global, já deixou de ser um lugar para se tornar um processo, redefinindo seus limites no espaço. No atual estágio de globalização financeira haveria uma “centralidade global” definido pelo autor da seguinte forma:

Do meu ponto de vista, há dois processos que estão mudando os vértices do poder imperial, de um lugar central na ‘Europa’ ou o ‘Ocidente’ a uma posição menos identificável no ‘globo’. Por um lado, a globalização neoliberal homogeneizou e fez abstratas e diversas formas de ‘riqueza’, incluindo a natureza, que se converteu para muitas nações em sua vantagem comparativa mais segura e sua fonte de renda; por outro lado, a desterritorialização da ‘Europa’ ou do Ocidente, conduziu a sua reterritorialização menos visível na figura esquiva do mundo, a qual esconde as socialmente concentradas, mas mais geograficamente difusas redes transnacionais financeiras e políticas que integram as elites metropolitanas e periféricas. (p. 69).

O globocentrismo aparece então, segundo o autor, como um desdobramento do eurocentrismo, pois “também se refere a práticas de representação implicadas na submissão das populações não-ocidentais” (p. 70), mas neste caso a submissão é um efeito do mercado global. Neste caso, inferimos que uma adaptação imperialista da contemporaneidade está na naturalização da economia de mercado na sociedade e no espaço e a questão ecológica passa a se subordinar também a essa lógica, que tem como fundamentos a escassez e a concorrência pela sobrevivência.

Esses fundamentos da economia de mercado foram objeto das investigações de Marshall Sahlins (1978) na Antropologia Política. Ele elucida que as sociedades primitivas podem ser consideradas afluentes, no sentido de que todas as vontades materiais dos indivíduos são facilmente satisfeitas, em outras palavras, tratava-se de uma sociedade de abundâncias.

Para o autor existiriam duas formas de afluência : produzir muito ou desejar pouco. Assim constrói sua tese de que as sociedades caçadoras e coletoras exerciam menos esforços para obter recursos materiais e garantir sua sobrevivência.

Ao contrário do discurso da escassez absoluta que comprometeria essas sociedades e que levaria em última instância ao conflito com outras na busca de recursos, o que Sahlins (1978) demonstra é que havia uma plena satisfação das necessidades através de uma reduzida jornada de atividades. A sedentarização do homem, a produção de excedente e as armazenagens advindas da evolução do meio técnico, ao contrário de livrar a humanidade da escassez, produziram novas necessidades.

Para o autor, a escassez é o maior axioma da economia de mercado e o que legitima até hoje o “desenvolvimento técnico” que nos libertaria da procura por comida.

No entanto, o que observamos no percurso histórico é a reprodução do discurso da escassez: de alimentos (em Malthus) e de recursos naturais, que nos induzem a armazenar através de uma super-exploração do meio.

A partir do último quartil do século XX, ocorre uma grande “ambientalização dos discursos” derivada, em parte, das observações empíricas de fenômenos catastróficos envolvendo um desequilíbrio nas relações N-H-E. Porém, ao contrário de haver um questionamento direcionado as

estruturas sociais, técnico-científicas e de produção, as reflexões limitam-se à adaptação de novas tecnologias aos antigos modelos de exploração (da natureza e do homem). A sustentabilidade surge exatamente desse movimento adaptativo.

A AGENDA 21: DO CONFLITO AO CONSENSO

A sustentabilidade orientada por uma razão instrumental já nasce condenada, pois acirra as contradições sociais inerentes ao capitalismo quando propõe uma “mudança conservadora”, pontual, sem que haja transformações estruturais, porém, em seu movimento possibilita a construção da Agenda 21, desta forma fica em aberto um novo debate:

A Agenda 21 se estabelece como uma nova possibilidade de instância pública e participativa em consonância com o meio ambiente? Ou está restrita a uma nova estratégia de legitimação do desenvolvimentismo associado a um movimento de adaptação eco-mercado-lógico?

Tentando responder a estas perguntas, trataremos de expor o contexto geopolítico em que se deu a construção deste documento.

Ribeiro (2008) afirma a existência de uma “Ordem Ambiental Internacional” que se baseia no realismo político de Morgenthau, inspirado nos pensamentos de Maquiavel e Hobbes. Ao contrário de uma lógica intra-estatal, nas relações internacionais não existiria o Leviatã, e por isso, elas estariam orientadas pela lógica de poder entre os Estados, pela conquista de territórios e pela apropriação dos recursos naturais e humanos.

Esta Ordem Ambiental Internacional parte de litígios entre os países que buscam ser minimizados e acomodados em inúmeras reuniões, acordos, tratados etc. Ainda assim, por vezes, governos não assinam tais tratados por defenderem a garantia da soberania nacional, como o caso da postura estadunidense em relação ao Protocolo de Kyoto.

Estas decisões estão em consonância com a tese de que faz parte da natureza humana o desejo de atingir o poder, levando os Estados (enquanto conjunto social) a buscar seus interesses particulares no plano internacional através da influência, ou mesmo da coação.

É com essa orientação que vai nascendo uma agenda ambiental internacional ordinária: de uma visão conflituosa (pois é calcada na defesa dos interesses particulares) para uma consensual (onde ocorre a amenização das diferenças em prol de interesses comuns).

A primeira tentativa ocorre em 1972, em Estocolmo, na Primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), quando a humanidade reconhece pela primeira vez o poder de intervenção do homem como algo maior que um simples “fator antrópico” e ainda anuncia a possibilidade de mudanças no arquétipo de desenvolvimento.

A 1ª CNUMAD ainda inova ao permitir a participação da sociedade civil organizada, porém, segundo Ribeiro (2008), ela a restringiu “à qualidade de ouvinte, sem direito a voto e com apenas sete minutos de pronunciamento de voz.” (p. 35).

O autor ainda relata que com isso:

É claro que foi possível obter informações, mas não foi o caso de se alterar tanto os rumos das negociações. Talvez as ONG's tenham desempenhado o papel de fiscalizadoras das ações de seus respectivos governos. Mas o principal papel das ONG's foi aumentar o interesse do grande público acerca das questões ambientais. (p.35)

Em 1987 o Relatório Brundtland (“Nosso Futuro Comum”) divulga o termo “desenvolvimento sustentável” como àquele que satisfaz as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir as suas próprias necessidades.

Cinco anos mais tarde, a Eco-92, realizada no Rio de Janeiro, consagra o “desenvolvimento sustentável” e constrói a Agenda 21, que representa um avanço aparente nas questões de participação democrática, pois chama a sociedade civil para o debate e a construção de um modelo “sustentável”,

porém possui um horizonte curto ao esbarrar nas forças de mercado que a cercam. Em uma rápida leitura da Seção I, capítulo 2, da Agenda 21 Global podemos perceber algumas dessas limitações para as políticas direcionadas aos países em desenvolvimento:

2.3. Cabe à economia internacional oferecer um clima internacional propício à realização das metas relativas a meio ambiente e desenvolvimento, das seguintes maneiras:

- (a) Promoção do desenvolvimento sustentável por meio da liberalização do comércio;
- (b) Estabelecimento de um apoio recíproco entre comércio e meio ambiente;
- (c) Oferta de recursos financeiros suficientes aos países em desenvolvimento e iniciativas concretas diante do problema da dívida internacional;
- (d) Estímulo a políticas macroeconômicas favoráveis ao meio ambiente e ao desenvolvimento.

2.9. Nos anos vindouros e levando em consideração os resultados da Rodada Uruguaia de negociações comerciais multilaterais, os Governos devem continuar a empenhar-se para alcançar os seguintes objetivos:

- (a) Promover um sistema comercial aberto, não-discriminatório e equitativo que possibilite a todos os países, em especial aos países em desenvolvimento, aperfeiçoar suas estruturas econômicas e aperfeiçoar o nível de vida de suas populações por meio do desenvolvimento econômico sustentado.
- (b) Aperfeiçoar o acesso aos mercados das exportações dos países em desenvolvimento;
- (c) Aperfeiçoar o funcionamento dos mercados de produtos básicos e adotar políticas saudáveis, compatíveis e coerentes, nos planos nacional e internacional, com vistas a otimizar a contribuição do setor dos produtos básicos ao desenvolvimento sustentável, levando em conta considerações ambientais;
- (d) Promover e apoiar políticas internas e internacionais que façam o crescimento econômico e a proteção ambiental apoiarem-se mutuamente. (Grifos Nossos)

O modelo de desenvolvimento inaugurado na modernidade e universalizado pela globalização neoliberal, agora se quer duradouro (sustentável). Porém sua solidez é questionável se observarmos a emergência de visões alternativas oriundas de movimentos populares, sobretudo nos países periféricos. Nessa linha de pensamento Acselrad & Leroy (2003) dizem que:

O desenvolvimento difunde uma temporalidade mercantil sobreposta à multiplicidade de tempos sociais, assim como faz predominar o território competitivo sobre as múltiplas formas da experiência social do espaço. A imposição do tempo do mercado e a configuração do espaço para a acumulação capitalista implicam a resistência dos grupos sociais que fazem do meio ambiente o campo da construção de projetos contra-hegemônicos de desenvolvimento, com horizontes temporais e trajetórias históricas próprias. (p.25).

Haesbaert (2004) nos chama atenção para a importância de olharmos para esses grupos menos favorecidos, pois “enquanto uma elite globalizada tem a opção de escolher entre os territórios que melhor lhe aprouver [...] a base da pirâmide social, não têm sequer a opção do ‘primeiro’ território, o território como abrigo”. (p. 360).

O abrigo, a morada, o oikos, que vem sendo negado pelos poderes hegemônicos aos que necessitam do “território mínimo”, também configuram um problema ecológico em seu sentido lato.

Dessa forma a noção de “des-envolvimento” é diametralmente oposta à noção de “sustentabilidade”, pois se não abandonarmos as bases políticas e econômicas desses termos fica configurada uma relação auto-destrutiva, formando um verdadeiro paradoxo moderno. (LATOUCHE, 1994).

A Agenda 21 fica, portanto, restrita a um movimento de adaptação que poderíamos chamar de intra-paradigmático, pois não abandona as idéias hegemônicas de Ciência, Mercado e Tecnologia aqui debatidas.

Posto isto, esquematizamos as reflexões feitas neste capítulo num quadro-síntese, onde procuramos discutir algumas idéias, não de modo a configurar um novo modelo, mas buscando situar a

Agenda 21 e assinalar a existência de outros caminhos possíveis e concretos que possam constituir uma real ruptura paradigmática.

Quadro 1 - Síntese da Questão Ecológica

	ADAPTAÇÃO INTRA-PARADIGMÁTICA		RUPTURA PARADIGMÁTICA	
Idéia de Ciência	Baseada na redução cartesiana: Especialização e mecanização dos saberes	Baseada na redução organicista: Ratzel e o Monismo de Haeckel	Saber Racional e fragmentado: parcial e disciplinar	“Hermenêutica Diatópica” e Saberes Transdisciplinares
Idéia de Tecnologia	Técnica como libertação da natureza	Unicidade técnica e espaço racionalizado	Racionalidade Instrumental-Produtiva	(Contra-) Racionalidade Comunicativa- Ambiental
Idéia de Mercado Global	Eurocentrismo, Desenvolvimento e Modernidade	Globocentrismo, “Desenvolvimento sustentável” e Pós-Modernidade	Produção da escassez. Moderno-Colonial. Desenvolvimento-Subdesenvolvimento	Afluência. Pós-Colonial. Decrescimento.
	AGENDA 21			

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A idéia de Bem, que se percebe com dificuldade, mas que não se pode perceber sem concluir que ela é a causa universal de tudo que existe de bem e de belo; que no mundo sensível é ela que cria a luz e o dispensador da luz; e que no mundo inteligível é ela que dispensa e ocasiona a verdade e a inteligência, e que é necessário vê-la para se conduzir com sabedoria tanto na vida particular quanto na vida pública. (PLATÃO, 1993, p. 517)

Buscando enxergar para além do “teatro das sombras” da alegoria da caverna de Platão, devemos considerar com ele o “Bem-em-si” como o caminho que conduz a verdade localizada no mundo inteligível.

Se Descartes abandonou o “Saber como Bem” do pensamento clássico, em prol do “Saber como Certeza” ao inaugurar o pensamento moderno, hoje devemos renovar as reflexões não só acerca da ciência, mas também sobre as formas de relação entre a sociedade e a natureza. O desafio maior desse trabalho foi o de afirmar a necessidade do diálogo entre o conhecimento científico e outras formas de saber rumo a interpretações mais ecológicas das relações humanas.

A necessidade do estabelecimento de uma relação harmônica e de pertencimento entre Homem, Natureza e Economia passa também por um equilíbrio nas relações sociais. Portanto, a manutenção de uma sociedade de classes é a manutenção da crise ambiental.

A “nova” forma de desenvolvimento que se prega sustentável advinda da Agenda 21 já nasce condenada, pois ao basear-se numa adaptação paradigmática e na reprodução de uma razão instrumental, possui carências: de uma visão multiculturalista, da participação efetiva da população na construção de suas diretrizes, além de ser tímida ao questionar as injustiças sociais.

Portanto entendemos a sustentabilidade como possível dentro de um outro paradigma, orientado

por uma rede social comunicativa que busque a preservação dos sentidos de autonomia, pluralidade e envolvimento dos entes sócio-espaciais para atingir uma afluência distante de uma super-produção, mas baseada numa satisfação das necessidades básicas através de uma razão comunicativa e ambientalmente comprometida com o futuro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACSELRAD, Henri; LEROY, Jean-Pierre. **Novas Premissas de Sustentabilidade Democrática. Projeto Brasil Sustentável e Democrático**. Rio de Janeiro: Fase, 2003.
- ALMEIDA, Fernando. **O Bom Negócio da Sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.
- BOLÍVIA. **Constitución Política del Estado. Asamblea Constituyente de Bolivia**. Referendado em Janeiro de 2009.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Agenda 21 Mundial**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=18&idConteudo=575>>.
- CAPRA, Fritjof. **O Ponto de Mutação**. São Paulo: Cultrix, 1982.
- CHALMERS, Alan F. **O que é Ciência Afinal?** São Paulo: Brasiliense, 1993.
- CHAUÍ, Marilena. As ciências. In: CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. 13. ed. São Paulo: Ática, 2003. pp. 247-285.
- CORONIL, Fernando. Natureza do pós-colonialismo: do eurocentrismo ao globocentrismo. In: LANDER, Edgardo (org.) **A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2005. pp. 60-76. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Coronil.rtf>>
- CORREA, Roberto Lobato. Espaço um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, Iná Elias de, GOMES, Paulo César da Costa e CORREA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 1995. pp. 15-47.
- ENVIRON. **Dicionário Michaelis**. São Paulo: Melhoramentos, 1989. p. 106.
- FURTADO, Celso. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- GOMES, Paulo C. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- HABERMAS, Jürgen. Técnica e Ciência enquanto Ideologia. In: BENJAMIM, W; HORKHEIMER, M; ADORNO, T; HABERMAS, J. **Os Pensadores**, São Paulo: Ed. Abril Cultural, 1983. pp. 313-343.
- HAESBAERT, Rogério. O Mito da Desterritorialização: do fim dos territórios a multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 2004.
- HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. 6. ed. São Paulo: Loyola, 1996.
- KUHN, T. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- LATOUCHE, Serge. **A Ocidentalização do Mundo. Ensaio sobre a significação, o alcance e os limites da uniformização planetária**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- LATOUCHE, Serge. **Pequeno Tratado do Decrescimento Sereno**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.
- LATOUR, Bruno. **Jamais Fomos Modernos: Ensaio de Antropologia Simétrica**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.
- LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- MASSEY, Doreen. **Pelo Espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- MONISMO. In: MORA, José F. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p.484.
- MORAES, Antonio C. R. (org.). Introdução. In: RATZEL, **Friedrich. Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990. p. 07-29. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).
- MORAES, Antônio C. R. **Meio Ambiente e Ciências Humanas**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- MOREIRA, Ruy. **O Discurso do Averso**. Rio de Janeiro: Dois Pontos; 1987.
- MORIN, Edgar. **Ciência com Consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos W. **Os (Des)caminhos do Meio Ambiente**. São Paulo: Contexto, 1996.

PORTO-GONÇALVES, Carlos W. Da Geografia às Geo-grafias. Texto apresentado na **II Conferencia Latinoamericana y Caribeña de Ciencias Sociales**. Grupo de Trabajo de Economía Internacional. Universidad de Guadalajara, México, 2001.

PLATÃO. **A República**. Trad. Maria H R Pereira. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1993.

SAHLINS, Marshall. A primeira sociedade da afluência. In: CARVALHO, Edgar Assis (Org). **Antropologia Econômica**. São Paulo: Humanas, 1978. pp.7-43.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, Milton. A questão do meio ambiente: desafios para a construção de uma perspectiva transdisciplinar. **Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente**, São Paulo, p.01-14, ago. 2006. Disponível em: <http://www.interfacehs.sp.senac.br/br/traducoes.asp?ed=1&cod_artigo=12>.

SOUZA SANTOS, Boaventura de. **Introdução a uma Ciência Pós-Moderna**. Rio de Janeiro: GRAAL, 2000.

SOUZA SANTOS, Boaventura de. Do Pós-Moderno ao Pós-Colonial e para além de um e de outro. **Conferência de Abertura do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais**, de 16 a 18 de Setembro de 2004. Disponível em <http://www.ces.uc.pt/misc/Do_posmoderno_ao_pos-colonial.pdf>

RIBEIRO, Wagner Costa. **A Ordem Ambiental Internacional**. 2 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI**. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

Trabalho enviado em janeiro de 2011

Trabalho aceito em maio de 2011